

## OS DESCOBRIMENTOS E A COLONIZAÇÃO DA GUINÉ

A Guiné-Bissau de hoje fez parte das terras africanas com uma fundamental importância na empresa dos Descobrimentos que Portugal empreendeu, a partir do Século XV, por motivos económicos, científicos, militares, religiosos...

Gomes Eanes de Azurara, historiador português do século XV e cronista real a partir de 1450, em substituição de Fernão Lopes, na «Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné» refere cinco razões que teriam levado o Infante D. Henrique na conquista da Guiné:

- a primeira razão teve a ver com a vontade de conhecer as terras que iam para além das Canárias e do Cabo Bojador;
- a segunda, por razões comerciais na troca de produtos;
- a terceira, por dizer-se que o poderio dos “Mouros d’aquela terra d’África era muito maior do que comumente se pensava”;
- a quarta, com vista a saber se haveria rei cristão naquelas paragens;
- a quinta, a expansão da fé cristã.

O primeiro passo da expansão ultramarina teve lugar em 25 de Julho de 1415 com a partida de Lisboa da armada de 200 embarcações para a conquista de Ceuta, tendo chegado, no dia seguinte, a Lagos e, no dia 21 de Agosto, a Ceuta. Mas a armada apenas prosseguiu viagem de Lagos quando, no dia 28 de Julho, foi lida a Bula de Cruzada concedendo absolvição plenária a todos os participantes.

As viagens de reconhecimento prosseguiram para o Atlântico Sul - tendo os navegadores chegado às ilhas do Porto Santo e Madeira - e também pela costa ocidental da África.

Depois de, em 1434, Gil Eanes ter dobrado o Cabo Bojador, Afonso Baldaia, dois anos mais tarde, atingiu a Ponta Galé, tendo demorado algum tempo no Rio do Ouro.

A expedição a Tânger e a morte de El-Rei D. Duarte, fizeram com que as viagens para Sul na costa Ocidental da África ficassem suspensas durante cerca de cinco anos.

No prosseguimento das Descobertas, Nuno Tristão chegou ao Cabo Branco em 1441 e, dois anos depois, atingiu Arguim. Em 1444 chegou ao Senegal ao mesmo tempo que Dinis Dias descobria Cabo Verde.

Aqueles anos marcam a chegada dos navegadores portugueses às vastas terras onde se integrava aquela que foi a futura Guiné Portuguesa.

Em 1446, Estêvão Afonso atingiu o rio Gâmbia, na região dos Mandingas; Álvaro Fernandes terá atingido o rio Casamansa, no limite Norte da actual Guiné-Bissau; João Infante, filho de Nuno Tristão, descobriu o rio Grande, depois denominado rio Geba, na actual Guiné-Bissau; segundo Gomes Eanes de Azurara, em 1446 foram 51 caravelas às terras da Guiné.

Em 1454, por Bula do Papa Nicolau V, foram ratificadas as conquistas africanas do cabo Não até às costas da Guiné, inclusive, em favor de D. Afonso V, infante D. Henrique e seus sucessores; D. Afonso V entregou à Ordem de Cristo a administração espiritual e jurisdição de todas as terras conquistadas e por conquistar da Guiné, Núbia, Etiópia, tendo sido confirmados esses direitos pelo Papa Nicolau V na Bula «Romanus Pontifex», datada do dia 8 de Janeiro de 1455.

Em 1456, Diogo Gomes, comandando uma frota de apenas 3 caravelas, chega ao estuário do rio Geba e a algumas ilhas Bijagós; a Bula «Inter Caetara» de Calisto III, de 13 de Março daquele ano, confirma a concessão à Ordem de Cristo de todos os poderes espirituais sobre as «ilhas», vilas, portos, terras e lugares adquiridos e a adquirir desde o cabo Bojador e o cabo Não, decorrendo por toda a Guiné e por toda a plaga meridional até aos Indos”.

Com a chegada de Pedro de Sintra à Serra Leoa em 1460, ficou concluída a fase das descobertas sob a orientação do Infante D. Henrique, por este ter falecido precisamente naquele ano.

Por testamento do Infante D. Henrique as terras da Guiné ficaram para o seu sobrinho, o Infante D. Fernando. Neste testamento estavam incluídas as cinco ilhas de Cabo Verde, até então conhecidas dos navegadores e que faziam parte integrante da Guiné. Daí a expressão “Guiné com suas ilhas”, utilizada no testamento. Só depois é que foram descobertas as restantes ilhas daquele arquipélago. Só em 1466, por carta régia, todas as ilhas de Cabo Verde receberam um foral com privilégios especiais para os seus moradores.

A política africana das descobertas, defendida pela burguesia, levou os descobridores às terras da Guiné que foi um dos grandes centros de comércio com as populações autóctones, em que se incluía o recrutamento de escravos. Na altura da chegada àquelas paragens, governava em Portugal o rei D. Afonso V (1438-1481).

Em 1469, por contrato, a coroa arrendou o comércio da Guiné ao mercador Fernão Gomes que viu confirmado esse arrendamento no reinado de D. João II (1481-1495), para explorar o litoral africano a sul da Serra Leoa. Desde então, os mercadores cabo-verdeanos começaram nas tarefas comerciais nas zonas próximas da foz dos rios guineenses, onde se fixaram alguns mercadores. Por isso é que, desde o início, a história da Guiné integra-se na de Cabo Verde.

A costa ocidental da África mostrava-se atractiva para o lucro dos mercadores e para a Coroa. Da Guiné saíram não só bens de comércio mas também e especialmente muitas pessoas - os escravos - que eram considerados verdadeiras mercadorias.

Tal foi importante o comércio da Guiné que foi criada, em 1445, a «Casa da Guiné» com sede em Lagos (Algarve) que tinha a seu cargo o movimento das mercadorias da costa africana. Por volta de 1480, a sua sede foi transferida para Lisboa, tendo adoptado várias designações à medida que os descobrimentos avançavam por toda a costa africana até à Índia: «Casa da Guiné e Mina», «Casa da Guiné e Índia», ou só «Casa da Índia». Em anexo a esta Casa, existia um departamento específico para os escravos – a «Casa dos Escravos» - onde era administrado o negócio e colhiam as rendas.

O cronista Gomes Eanes de Azurara<sup>10</sup> relata cenas da chegada dos escravos a Lagos, tendo chegado 927, vindos da Guiné, até ao ano de 1448. Ou seja, cerca de quatro

---

<sup>10</sup> «Crónica da Conquista da Guiné»

anos após a data tida como sendo a da chegada dos navegadores àquela terra “descoberta”.

Tendo a crónica daquele cronista terminado naquele ano de 1448, apenas há informações acerca do comércio de escravos no tempo de D. João II, dando conta que, desde 1486 a 1493, entraram na Coroa vindos da Guiné 3.589 escravos.



Foto da direita: nativos da costa guineense - gravura do séc. XVI  
IN: Suplemento ao nº 691 de «O Jornal» de 20 a 26 de Maio de 1988

Nos anos de 1511 a 1513 (no reinado de D. Manuel I) passaram por aquela Casa 1.265 escravos de ambos os sexos, pertencentes ao rei, avaliados em 8.086.795 reais.

Em 1503, foi assinado um contrato de arrendamento das receitas de Cabo Verde e Guiné, pelo período de três anos, a favor de Gil Álvares, Bartolomeu Jerónimo e Pedro Francisco

Escravo na Costa ocidental da África  
IN: Suplemento ao nº 691 de «O Jornal» de 20 a 26 de Maio de 1988



Os lucros eram tão apetecíveis e a concorrência era de tal ordem que, em 1518, foi proibido que moradores de Cabo Verde fossem à Guiné resgatar escravos, a não ser os indispensáveis para serviço próprio.

A concorrência apareceu quando, por volta de 1526, embarcações inglesas começaram a frequentar a costa da Guiné, e, em 1539, um corso francês surgiu naquela costa. Estava em causa a defesa daquele território, o que motivou a construção de uma fortaleza em Bissau, cujas obras foram iniciadas em 1687. Tanto mais que, em 1700, navegadores franceses tentaram ocupar Bissau.

Em 1536, André Feio foi nomeado primeiro corregedor de Cabo Verde e Guiné. O comércio desenvolveu-se com a criação de feitorias ao longo dos rios S. Domingos, Grande Cacheu e Grande de Buba. Foi o caso da primeira fortaleza em Cacheu, construída em 1588 pelo cabo-verdeano Manuel Lopes Cardoso, com autorização do régulo Chapaia. Poder-se-á considerar que Cacheu foi a primeira capital portuguesa em terras da Guiné.



Em 1624, foi criada a capitania de Cacheu, onde havia um grande núcleo populacional ocidentalizado, e, em Maio de 1656, foi fundada a «Companhia de Cacheu e Rios», destinada ao tráfego de escravos, tendo sido criado, antes, por decreto de 14 de Julho de 1643, o Conselho Ultramarino.

Na altura da Restauração de Portugal (1640), a influência dos mercadores cabo-verdeanos cingia-se a uma estreita faixa que se estendia do rio Casamansa ao rio Bolola, embora os corsários ingleses, franceses e holandeses não respeitassem a soberania de Portugal sobre aquelas terras.

D. João IV (1640-1656) teve a preocupação de consolidar o poder soberano português mandando reforçar a defesa de Cacheu que, na altura, estava praticamente desligado de Cabo Verde.

Em 1674, foi publicado o Regimento para os «Armazéns da Guiné e Índia e Armadas» e, em 1690, a sede da «Companhia de Cacheu e Cabo Verde» instalou-se na ilha do Príncipe com o objectivo de fornecer escravos às Índias Espanholas.

Em 1692, foi fundada a capitania de Bissau, tendo sido criada, em 1694, uma Alfândega. A criação da capitania de Bissau era o reflexo do desenvolvimento que aí passou a existir como zona comercial de relativa importância. Ao contrário do que parece, Cacheu foi a primeira zona comercial mais importante da Guiné. Mas, em 1708, foi arrasada a fortaleza de Bissau e extinta a capitania.

A forma degradante como os escravos eram transportados nos navios levou o rei D. Pedro II – o Pacífico – em 28 de Março de 1684 (um ano depois do início do seu reinado) a decretar uma lei sobre as arqueações dos navios que carregassem escravos africanos, melhorando as condições de transporte<sup>11</sup>.

A presença portuguesa na Guiné foi muito frutuosa até ser abolida a escravatura em Portugal, no dia 23 de Fevereiro de 1869, tendo sido determinada a libertação dos escravos em todo o território português, mas de uma forma gradual até por volta de 1876.

A partir da diminuição do comércio de escravos os estabelecimentos comerciais entraram em declínio. Mas a tendência para a prática do comércio de escravos perpetuou-se no tempo, o que levou a ONU a incluir o artigo 4º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada no dia 10 de Dezembro de 1948, com a seguinte redacção: “Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos”.

Durante alguns séculos, foram os cabo-verdeanos a dominar económica, administrativa e politicamente a Guiné, ainda sem fronteiras. Exerceram a influência comercial nos

---

<sup>11</sup> “Dom PEDRO por graça de Deos, Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar, em África, Senhor de Guiné e da Conquista, navegação, Comercio da Ethiopia, Arabia, Percia, e da India &.<sup>a</sup>. Faço saber (...)”

«Rios da Guiné do Cabo Verde» com pouca influência do interior do território, mas sim na sua parte navegável.

Apenas em 1642 foram abolidos os monopólios reais nas Índias e na Guiné e, em 1594, Álvares de Almada escreveu o «Tratado Breve dos Reinos da Guiné».

A concorrência estrangeira no comércio da Guiné continuou muito forte, a tal ponto que, em Agosto de 1739, houve uma tentativa dos franceses para se apoderarem de algumas áreas de Bissau e, em 1792, algumas centenas de ingleses fundaram uma colónia na ilha de Bolama. Dois anos mais tarde abandonaram-na devido a retaliações fortes por parte da população indígena.

Em 1834 deu-se a unificação administrativa da Guiné, passando a constituir uma comarca, com sede em Bissau.

Anos mais tarde, em 1870, os ingleses ainda reivindicaram para si a ilha de Bolama, tendo o conflito sido resolvido por uma sentença arbitral do Presidente Grant. Os planos de ocupação do território, feitos por Portugal, puseram em risco os interesses ingleses, cujo Governo fez um Ultimato em 11 de Janeiro de 1890, impondo a Portugal o abandono de novas zonas ocupadas que eram do interesse da Grã-Bretanha.

Em 1879, a Guiné é separada administrativamente de Cabo Verde, adquirindo autonomia administrativa, sendo a capital transferida para Bissau.

Em 1886, Portugal cedeu à França a área de Casamansa, em troca de muito pouco no Congo, ficando reduzida a área da Guiné a cerca de metade do que inicialmente pertencia a Portugal, mesmo contra a vontade férrea de Honório Barreto que tanto defendeu o povo da Guiné.

Chegado o final do século XIX, Portugal considerava o território todo pacificado, bem como com a sua área totalmente definida.